



FREGUESIA DE AVER-O-MAR, AMORIM E TERROSO
Largo Dr. João Amorim, nº 62
4490 - 021 Aver-o-Mar - Póvoa de Varzim
NIF: 510 834 779

CONTA DE GERÊNCIA REFERENTE AO ANO 2017

FREGUESIA DE AVER-O-MAR, AMORIM E TERROSO

APROVADO EM REUNIÃO DE JUNTA DE FREGUESIA DE 12 DE MARÇO DE 2018
APROVADO EM REUNIÃO DE ASSEMBLEIA DE FREGUESIA 28/03/2018

4



RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

União de Freguesias Aver-o-Mar, Amorim e Terroso



22 de fevereiro de 2018

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA.....	4
IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	5
POLÍTICA ORÇAMENTAL.....	6
ANÁLISE SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	7
Indicadores.....	7
EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL.....	8
ANÁLISE DA RECEITA	8
Execução anual.....	8
Evolução	11
ANÁLISE DA DESPESA	14
Execução anual.....	14
Evolução	17
OPERAÇÕES DE TESOURARIA.....	20
CONTA DE GERÊNCIA	20
PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	22

ANEXOS

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Composição do órgão executivo	5
Tabela 2 - Composição do órgão deliberativo.....	5
Tabela 3 - Síntese orçamento corrigido	6
Tabela 4 - Síntese da execução orçamental.....	7
Tabela 5 - Rácios Orçamentais	7
Tabela 6 - Evolução do saldo corrente	8
Tabela 7 - Execução orçamental da receita por classificação económica.....	8
Tabela 8 – Estrutura e execução do capítulo "Taxas, multas e outras penalidades".....	9
Tabela 9 -Estrutura e execução do capítulo "Transferências correntes e de Capital"	10
Tabela 10 - Receitas por cobrar no final do exercício	11
Tabela 11 – Comparação homologa da receita.....	11
Tabela 12 -Execução orçamental da despesa por classificação económica.....	14
Tabela 13 - Massa Salarial (apenas consideradas remunerações certas e permanentes).....	15
Tabela 14 – Evolução da composição do pessoal.....	16
Tabela 15 – Comparação homologa da despesa.....	17
Tabela 16 – Comparação homologa das despesas com pessoal.....	18
Tabela 17 – Comparação homologa das despesas com aquisição de bens e serviços	19
Tabela 18 – Comparação homologa das transferências	19
Tabela 19 - Evolução da despesa.....	19
Tabela 20 - Mapa de operações de tesouraria.....	20
Tabela 21 - Resumo da conta de gerência	20

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Comparação homologa da distribuição das fontes de receita.....	11
Figura 2 – Comparação homologa da distribuição das transferências correntes.....	12
Figura 3 – Comparação homologa da distribuição das receitas próprias	13
Figura 4 - Evolução das fontes de receita.....	13
Figura 5 - Distribuição da despesa em corrente e de capital	15
Figura 6 – Distribuição da despesa com aquisição de bens e serviços por objetivos	16
Figura 7 – Evolução das despesas com pessoal.....	18
Figura 8 - Evolução global da receita, despesa e saldo de gerência	21



INTRODUÇÃO

O presente relatório, preconizado pelo nº 13 do POCAL, pretende dar a conhecer, aos responsáveis e demais utentes da informação contabilística da União de Freguesias de Aver-o-Mar, Amorim e Terroso, a execução e evolução da política orçamental desenvolvida pela autarquia e qual a sua situação financeira a 31 de dezembro de 2017.

Pretende-se que este documento constitua um importante instrumento de apoio à gestão da união de freguesias, onde de uma forma célere e com recurso a mapas, gráficos, quadros e demais indicadores de análise apresentados procuramos espelhar aquela que foi a atividade desenvolvida pelo Executivo referente ao ano transato.

Constituem os principais objetivos deste relatório:

- Apresentar uma síntese da situação económica e financeira relativa ao exercício económico de 2017, bem como a evolução da política orçamental, através de indicadores.
- Explicitar os níveis de execução orçamental da receita e da despesa, destacando os aspetos de maior relevância.

O planeamento serviu de base à construção do presente relatório, seguindo-se a fase de recolha e tratamento da informação relativa à autarquia. Para uma análise afincada e fidedigna foi necessária a análise dos seguintes documentos:

- Documentos previsionais de 2017
- Mapas de execução orçamental
- Mapas de modificação orçamental
- Mapas de operações de tesouraria
- Reconciliações bancárias
- Mapas de processamento de vencimentos



ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

A contabilidade das autarquias locais, respeita o Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Lei nº162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei nº315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº84-A/2002, de 5 de abril e Lei nº60-A/2005, de 30 de dezembro.

Para a gerência de 2017, mantem-se o regime simplificado de organização da contabilidade, sendo que este regime é aplicável às autarquias locais cujo movimento de receita seja inferior a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária do regime geral da função pública (1.716.400,00€). Este regime contabilístico, assenta numa contabilidade orçamental como sistema contabilístico que recorre ao método de escrituração unigráfico.

As autarquias locais obedecem ao classificador económico das receitas e das despesas na preparação dos documentos previsionais, constante no Decreto-Lei nº26/2002, de 14 de fevereiro.

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Órgão Executivo

A composição do órgão executivo da junta, responsável pelo exercício de 2017, é a representada na tabela abaixo.

Titular	Cargo	Período de Responsabilidade
Carlos Alberto Mações Gondar	Presidente	01.01.2017 a 31.12.2017
Manuel Moreira Correia	Secretario	01.01.2017 a 21.10.2017
Ricardo Manuel Moreira Mações	Secretario	22.10.2017 a 31.12.2017
Manuel Octávio M. Castro Torres	Tesoureiro	01.01.2017 a 21.10.2017
Manuel Fernando Barbosa Meira	Tesoureiro	22.10.2017 a 31.12.2017
Domingos Carlos Araújo Pinheiro	Vogal	01.01.2017 a 21.10.2017
Manuel Octávio M. Castro Torres	Vogal	22.10.2017 a 31.12.2017
Manuel António da Costa e Silva	Vogal	01.01.2017 a 21.10.2017
Nuno André da Costa Ribeiro	Vogal	22.10.2017 a 31.12.2017

Tabela 1 - Composição do órgão executivo

De acordo com o disposto no art. 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Junta de Freguesia, nomeadamente:

- Elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis;
- Elaborar e submeter a aprovação da assembleia de freguesia ou do plenário de cidadãos eleitores as opções do plano e a proposta do orçamento;
- Elaborar e submeter a aprovação da assembleia de freguesia ou do plenário de cidadãos eleitores as revisões às opções do plano e ao orçamento;
- Executar as opções do plano e orçamento, bem como aprovar as suas alterações;
- Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, quando aplicável nos termos da lei, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação do órgão deliberativo;
- Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas da freguesia.

Órgão Deliberativo

O órgão deliberativo da freguesia, constitui a Assembleia de Freguesia, apresentando a Mesa da Assembleia, para o exercício de 2017, a seguinte composição:

Titular	Cargo	Período de Responsabilidade
Ricardo Manuel Moreira Mações	Presidente	01.01.2017 a 21.10.2017
Joaquim da Silva Vianez	Presidente	22.10.2017 a 31.12.2017
Manuel Fernando Barbosa Meira	1º Secretário	01.01.2017 a 21.10.2017
Carlos Alberto Flores Morim	1º Secretário	22.10.2017 a 31.12.2017
Teresa Sofia Lopes Pereira Vilar	2º Secretário	01.01.2017 a 31.12.2017

Tabela 2 - Composição do órgão deliberativo



Compete à Assembleia de Freguesia, nomeadamente:

- Acompanhar e fiscalizar a atividade da freguesia, sem prejuízo do exercício normal da competência desta;
- Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da junta acerca da atividade por si ou pela junta exercida, no âmbito da competência própria ou delegada, bem como da situação financeira da freguesia.
- Aprovar as opções do plano, a proposta de orçamento e as suas revisões;
- Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- Aprovar, nos termos da lei, os quadros de pessoal dos diferentes serviços da freguesia;
- Estabelecer as normas gerais de administração do património da freguesia ou sob sua jurisdição.

POLÍTICA ORÇAMENTAL

Os documentos previsionais, definidos no ponto 2.3 do POCAL, como o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos, constituem um instrumento primordial para a gestão autárquica, pois estão neles definidas as linhas de desenvolvimento estratégico a médio e longo prazo e a política financeira a curto prazo.

Seguidamente apresentamos a análise à estrutura e evolução da política orçamental desenvolvida pela autarquia.

O Orçamento Corrigido para o exercício de 2017, apresentava no final do ano, a seguinte decomposição:

ORÇAMENTO CORRIGIDO							
RECEITAS		%	DESPESAS		%	SALDO	
Receitas Correntes	482 466,00	46,64%	Despesas Correntes	480 785,19	46,47%	Saldo corrente	1 680,81
Receitas de Capital	510 479,14	49,34%	Despesas de Capital	553 752,26	53,53%	Saldo capital	-43 273,12
Saldo da Gerência	41 592,31	4,02%		0,00	0,00%	Saldo da Gerência	41 592,31
	1 034 537,45	100,00%		1 034 537,45	100,00%		0,00

Tabela 3 - Síntese orçamento corrigido

O saldo da gerência anterior, incorporado no orçamento a 5 de abril de 2017, foi imputado na totalidade a despesas de capital, não comprometendo, desta forma, o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental.

ANÁLISE SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A execução orçamental do ano económico de 2017, evidenciada de forma resumida no quadro abaixo, permite aferir que as receitas totais acenderam a 869 092,71€, das quais 486 948,97€ respeitam a receitas correntes e, os restantes 382 143,74€, a receitas de capital.

As despesas totalizaram 892 240,11€, dos quais 478 030,01€ dizem respeito a despesas correntes, tendo os restantes 414 210,10€ sido aplicados a despesas de capital. Da execução resultou um saldo anual negativo de 23 147,40€.

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

RECEITAS		%	DESPESAS		%	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	
Receitas Correntes	486 948,97	56,03%	Despesas Correntes	478 030,01	53,58%	Saldo corrente	8 918,96
Receitas de Capital	382 143,74	43,97%	Despesas de Capital	414 210,10	46,42%	Saldo capital	-32 066,36
	869 092,71	100,00%		892 240,11	100,00%		-23 147,40

Tabela 4 - Síntese da execução orçamental

Face ao orçamento corrigido, podemos observar que o índice de execução da despesa, para o exercício de 2017 foi de 86,25%; do lado da receita o índice de realização é de 87,53% (excluindo-se para o efeito o saldo da gerência anterior).

Indicadores

Apresentamos, de seguida, alguns rácios orçamentais da composição e evolução da execução orçamental, ao longo do último quadriénio, que permitem uma análise de acompanhamento de informação relativa ao desempenho económico e financeiro da autarquia.

RÁCIOS	FÓRMULA	2014	2015	2016	2017	FUNÇÃO
Grau de cobertura global das receitas e das despesas	Receita total/Despesa total	100,67%	100,16%	101,28%	97,41%	Capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
	Receita corrente/Despesa corrente	86,85%	114,39%	117,03%	101,87%	Capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas correntes
	Receita capital/ Despesa capital	137,26%	81,34%	74,62%	92,26%	Capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas de capital
	Receitas próprias/ Despesa total	13,74%	30,23%	35,99%	26,02%	Grau de cobertura da despesa total pelas receitas próprias da autarquia
	Transferências da administração central/ Despesa total	30,96%	24,48%	26,13%	21,25%	Grau de cobertura das despesa total pelo fundo de financiamento das freguesias
Estrutura da receita	Pessoal/ Receita próprias	196,89%	65,33%	84,62%	96,76%	Grau de cobertura das despesas com pessoal pelas receitas próprias
	Transferências da administração central e local/ PPI	152,11%	85,88%	83,45%	100,23%	Peso das receitas provenientes da administração central no financiamento do investimento
	Receitas próprias/ Receita total	13,65%	30,18%	35,54%	26,71%	Peso das receitas próprias das autarquias no total das receitas arrecadadas
	Transferências da administração local/ Receita total	41,42%	36,92%	30,61%	47,77%	Peso das transferências da administração local na receita total
Estrutura da despesa	Transferências da administração central/ Receita total	30,75%	24,44%	25,80%	21,81%	Peso das transferências da administração central na receita total
	Despesa capital/ Despesa total	27,41%	43,06%	37,15%	46,42%	Peso da despesa de capital na despesa total
	Pessoal/ Despesa corrente	37,27%	34,68%	48,46%	46,98%	Peso da despesa com o pessoal na despesa total
	Aquisição de bens e serviços correntes/ Despesa Total	33,76%	26,89%	19,06%	17,97%	Peso da despesa com a aquisição de bens e serviços na despesa total

Tabela 5 - Rácios Orçamentais

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

A regra do equilíbrio orçamental preconizada no POCAL e reforçada pelo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, constante da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

A execução do orçamento da autarquia cumpriu com este princípio orçamental no exercício de 2017, com a formação de um saldo corrente 8 918,96€.

A evolução da poupança corrente ao longo último quadriénio é evidenciada no quadro abaixo e permite verificar o bom desempenho financeiro da autarquia, com uma libertação de meios para aplicar em investimentos.

DESIGNAÇÃO	2014	2015	2016	2017
Receita correntes	357 815,72	477 774,22	512 947,43	486 948,97
Despesa corrente	411 969,13	417 659,56	438 293,49	478 030,01
Saldo corrente	-54 153,41	60 114,66	74 653,94	8 918,96

Tabela 6 - Evolução do saldo corrente

ANÁLISE DA RECEITA

Execução anual

As receitas da autarquia podem ser divididas em dois tipos, as receitas próprias, que derivam do normal funcionamento da autarquia e decorrem de impostos, taxas e da venda de bens e serviços correntes e podem ainda advir de transferências, que podem ser de natureza corrente ou de capital.

O quadro abaixo permite uma avaliação da receita, não só através da análise do grau de execução orçamental dos diferentes capítulos, como também permite-nos perceber qual o impacto de cada capítulo na receita global arrecadada pela autarquia.

Capítulo	Orçamento Corrigido	Execução	Grau de execução	Peso (%)
01. Impostos Directos	17 482,00	17 882,78	102,29%	2,06%
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	173 319,00	184 502,12	106,45%	21,23%
05. Rendimentos de propriedade	5,00	16,56	331,20%	0,00%
06. Transferências Correntes	263 796,00	254 828,14	96,60%	29,32%
07. Venda de Bens e Serviços Correntes	27 859,00	27 893,66	100,12%	3,21%
08. Outras Receita Correntes	5,00	1 825,71	36514,20%	0,21%
10. Transferências Capital	510 479,14	382 143,74	74,86%	43,97%
	992 945,14	869 092,71	87,53%	100,00%

Tabela 7 - Execução orçamental da receita por classificação económica

Da análise aos capítulos da receita, é possível aferir que os capítulos das transferências correntes e de capital, seguido do capítulo das taxas multas e outras penalidades, são responsáveis pela maioria das receitas arrecadadas pela autarquia, representando, conjuntamente, 94,52% da receita total.

Na atividade desenvolvida ao longo do ano de 2017, foi alcançado um índice de realização da receita de 87,53% (excluindo-se para o efeito o saldo da gerência anterior), refletindo, assim, uma variação negativa na execução.

A contribuir para a variação negativa, em cerca de 124 mil euros, estão os capítulos das transferências correntes e de capital, com execuções abaixo do inicialmente previsto. Em contrapartida, temos os restantes capítulos com execuções acima dos 100%.

Da análise aos capítulos com maior peso na receita cobrada, resultam as conclusões apresentadas de seguida.

Taxas, multas e outras penalidades

Representando, 21,23% da receita total, o capítulo das "Taxas, multas e outras penalidades" é composto pelas taxas cobradas pela autarquia, na prossecução das suas competências, nomeadamente no âmbito dos mercados e feiras, cemitérios, praias e caniços.

04 - Taxas, multas e outras penalidades		Previsão Corrigida	Execução	Peso (%)	Grau de execução
04.01.23.01	Mercados e Feiras	28 514,00	26 060,00	14,12%	91,39%
04.01.23.04	Caniços	1 704,00	2 102,12	1,14%	123,36%
04.01.23.99.03	Secretaria	37,00	90,00	0,05%	243,24%
04.01.23.99.04	Cemitérios	4 704,00	5 150,00	2,79%	109,48%
04.01.23.99.05	Praias	6 350,00	5 600,00	3,04%	88,19%
04.01.23.99.06	Concessão de Sepulturas e Ossários	132 000,00	145 500,00	78,86%	110,23%
04.01.23.99.99	Outras	5,00	0,00	0,00%	0,00%
04.02.99.	Multas e penalidades diversas	5,00	0,00	0,00%	0,00%
Total		173 319,00	184 502,12	100,00%	106,45%

Tabela 8 – Estrutura e execução do capítulo "Taxas, multas e outras penalidades"

O grau de execução deste capítulo ficou acima do expectável, com uma execução de 106,45%, apresentando uma variação positiva de cerca de 11,2 mil euros, face ao orçamento corrigido. A contribuir para esta diferença está, essencialmente, a concessão de sepulturas e ossários no Cemitério de Aver-o-Mar, com uma previsão de 132 mil euros e uma execução efetiva de 145 mil euros. Ainda neste capítulo, verifica-se uma variação negativa na cobrança de receita, proveniente das feiras e Praias, com uma diferença entre receita prevista e cobrada de 3,2 mil euros, resultado de atrasos nos recebimentos pela taxa de ocupação na feira e pela concessão de espaços na praia, durante a época balnear.

Transferências Correntes e de Capital

Com um peso de 73,29% na receita total, as transferências de natureza corrente e de capital são constituídas, essencialmente, por:



- Transferências da administração central - recebimento de verbas do fundo de financiamento de freguesias e compensação de vencimento do eleito local;
- Contratos/Acordos efetuados com o IEFP - verbas transferidas ao abrigo dos programas ocupacionais (CEI +) e Gabinete de Inserção Profissional.
- Transferências da administração local provenientes do Município da Póvoa de Varzim.

06/10 - Transferências correntes e de capital		Previsão Corrigida	Execução	Peso (%)	Grau Execução
06.01.02.	Privadas	5,00	0,00	0,00%	0,00%
06.03.01.04	Fundo de Financiamento de Freguesias	153 286,00	153 286,00	24,06%	100,00%
06.03.01.99	Remuneração dos Eleitos Locais	33 723,00	36 298,51	5,70%	107,64%
06.03.07.01.02	Gabinete Inserção Profissional	12 399,00	9 091,07	1,43%	73,32%
06.03.07.01.03	Programas Ocupacionais	30 990,00	22 769,15	3,57%	73,47%
06.05.01.01.01	Município da Póvoa de Varzim	33 000,00	33 000,00	5,18%	100,00%
06.05.01.01.02	Recenseamento	383,00	383,41	0,06%	100,11%
06.07.01	Instituições sem fins lucrativos	5,00	0,00	0,00%	0,00%
06.08.01	Famílias	5,00	0,00	0,00%	0,00%
10.05.01.01	Transferências de Capital - CMPV	510 479,14	382 143,74	60,0%	74,86%
Total		774 275,14	636 971,88	100,00%	82,27%

Tabela 9 - Estrutura e execução do capítulo "Transferências correntes e de Capital"

Este capítulo apresentou, em 2017, uma execução de 82,27%, o que representa um desvio de cerca de 137 mil euros face ao orçamento corrigido. A contribuir para este desvio concorrem as seguintes rubricas que não atingiram o montante inicialmente previsto:

- Programas ocupacionais – desvio relativo, em cerca de 8,2 mil euros, sendo certo que determinados programas transitaram para 2018 e as verbas em falta serão transferidas no exercício seguinte.
- Gabinete de Inserção Profissional – desvio relativo, em cerca de 3,3 mil euros, sendo este montante referente ao vencimento da animadora e a verba deverá ser transferida no exercício seguinte.
- Transferências de capital – CMPV – desvio no montante de 128 mil euros referente a verba destinada a financiar investimentos, que tiveram início em 2017, no entanto, apenas serão comparticipados pelo município em 2018.

Receitas por cobrar no final no exercício

A autarquia apresenta, no final do exercício, receitas por cobrar no total de 16 713,35 €, respeitantes à concessão de terrenos nos Cemitérios da União de Freguesias (16 160,00€), sendo o remanescente (535,35€) relativo a acordo de regularização de dívida a favor da autarquia.

Rubrica	Liquidada	Cobrada	Receita por cobrar
Concessão de Terrenos	161 660,00	145 500,00	16 160,00
Diversas	2 379,06	1 825,71	553,35
Total	164 039,06	147 325,71	16 713,35

Tabela 10 - Receitas por cobrar no final do exercício

Evolução

O quadro abaixo apresenta a evolução da receita cobrada, nos últimos dois anos, bem como o peso dos principais capítulos da receita.

	2016		2017		Variação homóloga	
	Execução	Peso	Execução	Peso	Absoluta	%
Receita corrente	512 947,43	72,63%	486 948,97	56,03%	-25 998,46	-5,07%
Impostos Directos	22 592,14	3,20%	17 882,78	2,06%	-4 709,36	-20,85%
Taxas, multas e out. pen.	198 184,60	28,06%	184 502,12	21,23%	-13 682,48	-6,90%
Rendimentos de propriedade	33,12	0,00%	16,56	0,00%	-16,56	0,00%
Transferências correntes	268 376,90	38,00%	254 828,14	29,32%	-13 548,76	-5,05%
Venda de bens/serviços	23 662,43	3,35%	27 893,66	3,21%	4 231,23	17,88%
Outras receitas	98,24	0,01%	1 825,71	0,21%	1 727,47	100,00%
Receita capital	193 320,00	27,37%	382 143,74	43,97%	188 823,74	97,67%
Transferências capital	193 320,00	27,37%	382 143,74	43,97%	188 823,74	97,67%
Total	706 267,43	100,00%	869 092,71	100,00%	162 825,28	23,05%

Tabela 11 – Comparação homóloga da receita

A receita cobrada, em 2017, aumentou, em aproximadamente, 163 mil euros, face ao ano anterior. A contribuir para esta variação positiva, está, fundamentalmente, o aumento das transferências de capital provenientes do Município da Póvoa de Varzim.

Destaca-se pela negativa uma variação ao nível da receita corrente na ordem dos 26 mil euros (5,07%).

Analisando as receitas numa ótica de fontes de financiamento, podemos concluir que, em 2017, 73% das receitas arrecadadas pela autarquia resultam de transferências, sendo as restantes 27% respeitantes a receitas próprias.

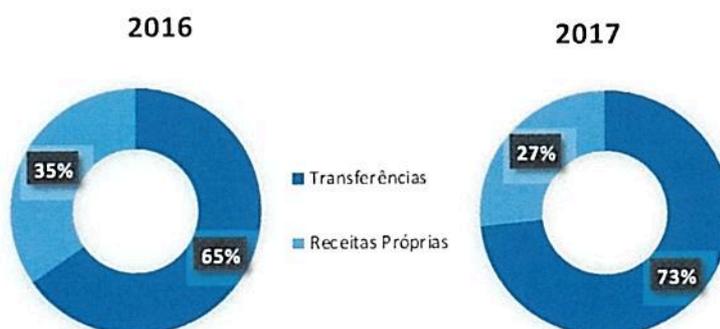


Figura 1 – Comparação homóloga da distribuição das fontes de receita

Em termos homólogos, denota-se um ligeiro aumento no peso das transferências no total das receitas, resultado de um aumento significativo das transferências de capital, consequência de um maior financiamento por parte do Município dos investimentos efetuados pela autarquia.

Da análise à distribuição das **transferências** importa referir que, em 2017, tal como em 2016, a maior fatia de transferências é procedente da administração local (65,23%), seguindo-se as transferências da administração central (29,76%) e o IEFP (5%).

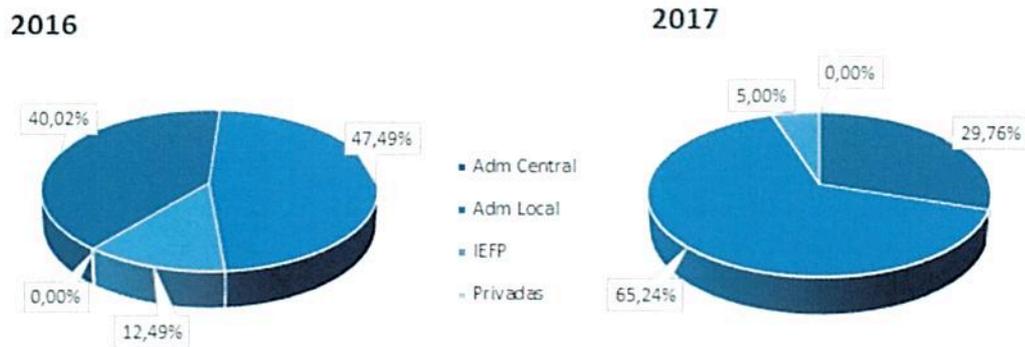


Figura 2 – Comparação homologa da distribuição das transferências correntes

Da análise comparativa aos últimos dois exercícios, podemos observar um aumento do peso da receita proveniente da Administração Local, passando de um peso, em 2016, de 46,83% para os atuais 65,23%.

Em contrapartida, assiste-se a uma diminuição do peso das transferências com origem na Administração Central e nos Fundos e Serviços Autónomos na receita total. Em 2016, representavam 39,47% e 12,31%, respetivamente, da receita total, já em 2017 representam 29,76% e 5%, respetivamente.

Para uma análise mais pormenorizada à estrutura das **receitas próprias** optou-se por agrupar as taxas e vendas de bens e serviços por setores de atividade, sendo que do total arrecadado, em 2017, 232 120,83€, 70,14% resultam da aplicação de taxas na exploração dos cemitérios, seguidos de 11,23% nas feiras e, da cobrança de impostos com 7,70%.

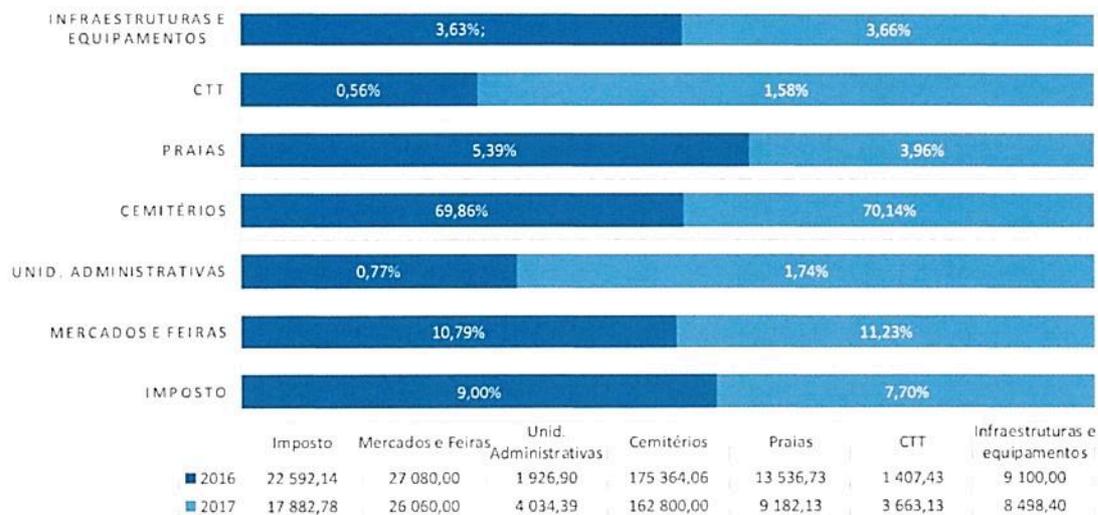


Figura 3 – Comparação homologa da distribuição das receitas próprias

Em síntese, verifica-se uma diminuição das receitas próprias, na ordem dos 18,9 mil euros, em comparação com o período homologa. Esta variação negativa é impulsionada, essencialmente, pela diminuição de arrecadação de receita no âmbito das taxas e serviços cobrados nos cemitérios.

A diminuição, em cerca de 4,7 mil euros, no IMI deve-se a um apuramento mais célere por parte da AT do imposto, no ano transato, o que não acontece no ano de 2015, tendo a receita do último apuramento, transitado para 2016.

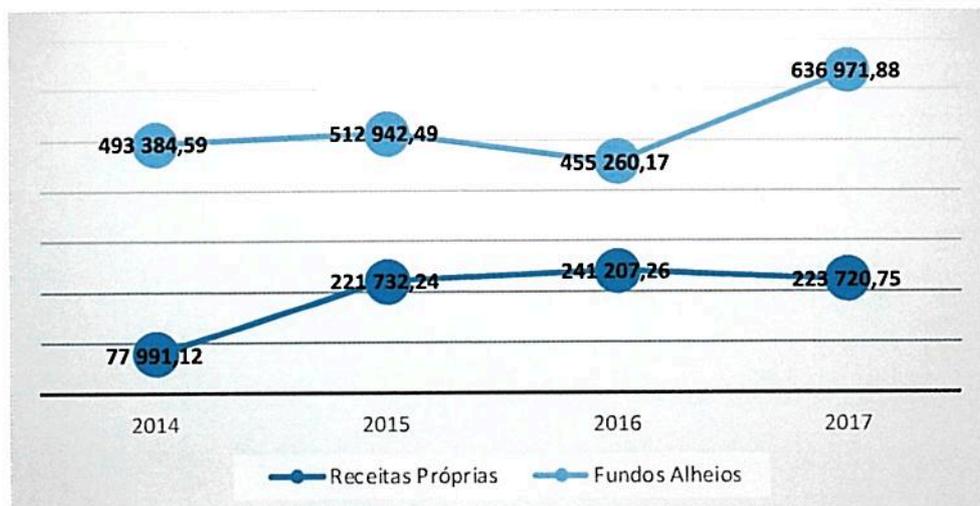


Figura 4 - Evolução das fontes de receita

O gráfico acima demonstra que em comparação com 2014 assistimos a um aumento das receitas próprias em 197,62%, tendo os fundos alheios apresentado um acréscimo de 29,10%.



ANÁLISE DA DESPESA

Execução anual

A estrutura e execução da despesa encontram-se representadas no quadro abaixo, onde estão também evidenciados os capítulos com maior peso na despesa total. Os capítulos da despesa com maior peso na despesa total são: “Aquisição de bens de investimento”, com um peso de 46,42%, seguido do capítulo das “Despesas com pessoal”, a contribuir em 25,17% para a despesa total, e, por último, o capítulo da “Aquisição de bens e serviços”, a representar 17,97% do total das despesas da autarquia.

Rubrica	Orçamento Corrigido	Execução 2017	Grau de Execução	Peso (%)
Despesas com Pessoal	224 622,15	224 591,17	99,99%	25,17%
01.01 Remunerações certas e permanentes	189 211,15	189 194,68	99,99%	21,20%
01.02 Abonos variáveis ou eventuais	6 864,00	6 853,68	99,85%	0,77%
01.03 Segurança Social	28 547,00	28 542,81	99,99%	3,20%
Aquisição de bens e serviços	162 850,23	160 338,04	98,46%	17,97%
02.01 Aquisição de bens	34 715,10	34 107,42	98,25%	3,82%
02.02 Aquisição de serviços	128 135,13	126 230,62	98,51%	14,15%
Transferências Correntes	89 685,81	89 496,84	99,79%	10,03%
04.05 Administração Local	4 200,00	4 200,00	100,00%	0,47%
04.07 Instituições sem fins lucrativos	33 980,00	33 809,50	99,50%	3,79%
04.08 Famílias - FES	952,86	952,53	99,97%	0,11%
04.08 Famílias - Programas Ocupacionais	50 552,95	50 534,81	99,96%	5,66%
Diversas	3 627,00	3 603,96	99,36%	0,41%
06.02 Diversas	3 627,00	3 603,96	99,36%	0,41%
Aquisição de bens de capital	553 752,26	414 210,10	74,80%	46,42%
07.01 Investimentos	553 752,26	414 210,10	74,80%	46,42%
	1 034 537,45	892 240,11	86,25%	100,00%

Tabela 12 - Execução orçamental da despesa por classificação económica

A despesa paga pela autarquia apresentou um grau de execução de 86,25%. Do total das despesas pagas, 53,58% destinaram-se a despesas correntes, sendo estas as despesas que decorrem do normal funcionamento da autarquia, incluindo-se aqui as despesas com pessoal, as aquisições de bens e serviços e as transferências correntes. Os restantes 46,42% respeitam a despesas de capital, que representam os investimentos levados a cabo pela autarquia no exercício de 2017, e que ascenderam a 414 210,10€.

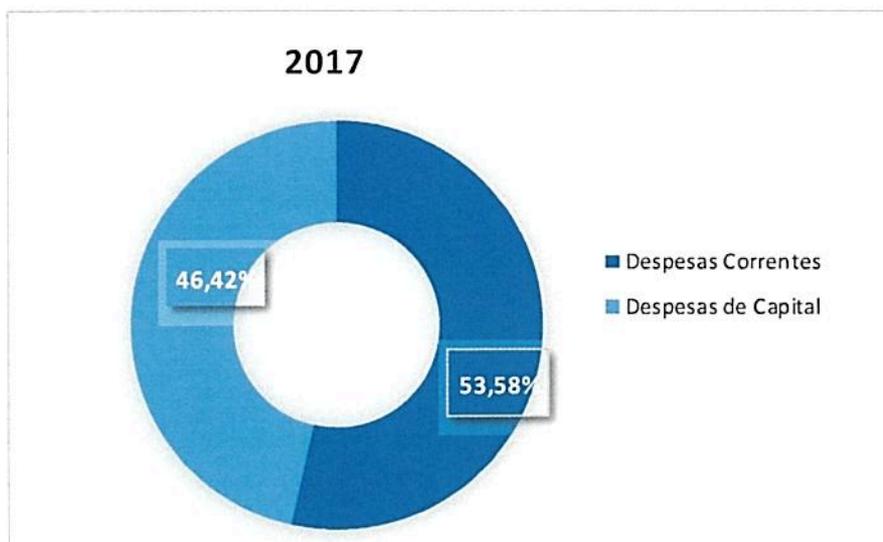


Figura 5 - Distribuição da despesa em corrente e de capital

São apresentados, de seguida, os capítulos com mais impacto no total da despesa paga.

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal apresentam, em 2017, um montante global de 224 591,17€, estando incorporadas nestas despesas as remunerações certas e permanentes dos eleitos locais, do pessoal contratado e do pessoal do quadro, do pessoal em regime de tarefa e avença; abonos variáveis ou eventuais e os encargos com a segurança social. O capítulo das despesas com pessoal apresenta um peso de 25,17%, no total das despesas, sendo o segundo agrupamento de maior peso no total das despesas pagas pela autarquia.

Com o objetivo de apoiar os órgãos dirigentes, no âmbito da gestão dos recursos humanos, em matéria de composição do pessoal e encargos por vínculo contratual, apresentamos de seguida, quadros indicativos de valores: (para o efeito foi incluído o pessoal ao abrigo de Contratos de Emprego e Inserção, que tem enquadramento orçamental na rubrica 04.08.02.02 – Programas Ocupacionais).

Designação	Despesa Realizada	% Distribuição
Eleitos Locais	36 289,87	15%
Pessoal Quadro/Contratado	78 291,98	33%
Avença/tarefa (Pessoas Singulares)	74 612,83	31%
Programas Ocupacionais	50 534,81	21%
	239 729,49	100%

Tabela 13 - Massa Salarial (apenas consideradas remunerações certas e permanentes)



Designação	2014	2015	2016	2017
Eleitos Locais	1	1	1	1
Pessoal Quadro/Contratado	5	5	6	10
Avença/tarefa (Pessoas Singulares)	10	16	19	13
Estagiários	1	1	0	0
Programas Ocupacionais	14	14	16	14
Total	31	37	42	38

Tabela 14 – Evolução da composição do pessoal

Aquisição de bens e serviços

O capítulo das aquisições de bens e serviços compreende, por um lado as despesas com a aquisição de bens, quer para o funcionamento normal da autarquia, quer para a prossecução das competências que lhe foram atribuídas, nomeadamente no âmbito social, cultural e desportivo; e as despesas com aquisição de serviços, nomeadamente as despesas com estudos, pareceres, projetos e consultoria, publicidade, vigilância e segurança e outras no âmbito das competências que lhe foram atribuídas.

O capítulo da “Aquisição de bens e serviços” representa 17,97% da despesa paga, apresentando em termos absolutos uma execução de 160 338,04€, ao qual corresponde um grau de execução de 98,46%.

Atendendo à natureza muito diversa da despesa efetuada com a aquisição de bens e serviços, de seguida apresenta-se graficamente a sua distribuição em agrupamentos de despesa em função de objetivos de custo, relevantes para uma análise mais pormenorizado da afetação dos bens e serviços adquiridos.

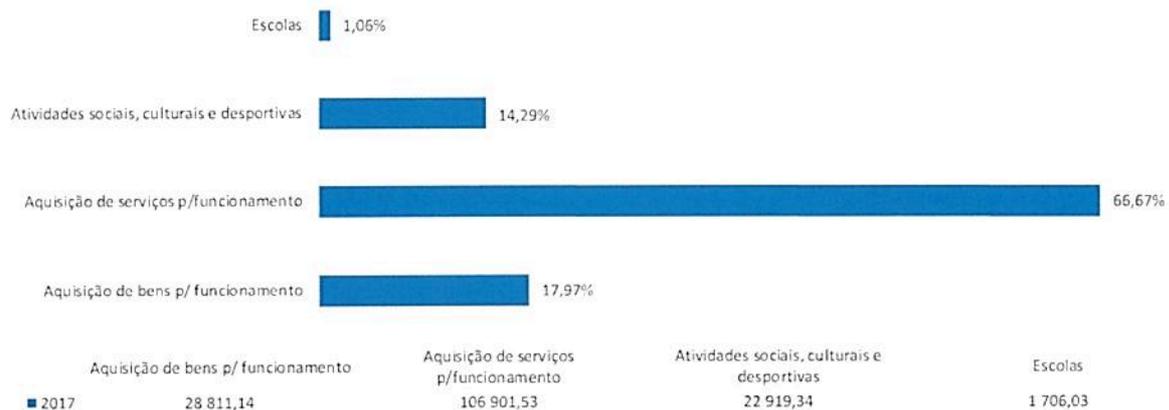


Figura 6 – Distribuição da despesa com aquisição de bens e serviços por objetivos

Investimentos/ Plano Plurianual de Investimentos

O plano Plurianual de Investimentos tem um horizonte móvel de 4 anos e inclui todos os projetos a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia e explicita a respetiva previsão de despesa.



O conteúdo do Plano Plurianual de Investimentos, atendendo ao enquadramento legal estabelecido, reporta, apenas, aos projetos/ações financiados por despesas de investimento (07 – Aquisição de Bens de Capital), os quais constituem a globalidade dos investimentos a realizar pela União de Freguesias de Aver-o-mar, Amorim e Terroso no ano 2014 e seguintes.

Da análise ao Mapa de “Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos”, apresentado em anexo, verificamos que o valor total das despesas afetas ao investimento realizado pela autarquia, no ano de 2017, ascende a 414 210,10€. Esse valor foi distribuído por 16 projetos, de entre os quais merecem especial destaque os seguintes:

- Projeto/Ação nº2017/001 – Rua do Caneiro – Pavimentação – 79 763,21€
- Projeto/ Ação nº2017/30 – Obras de alargamento no Cemitério de Terroso – 72 354,47€
- Projeto/Ação nº2014/015 – Rua da Passagem – Pavimentação – 69 928,22€
- Projeto/ Ação nº 2014/10 – Conclusão do alargamento do Cemitério de Aver-o-Mar – 62 273,86€
- Projeto/Ação nº2016/003 – Rua de Sezins – Alargamento e pavimentação – 42 238,91
- Projeto/Ação nº2015/29 – Outras construções diversas – 32 793,85€
- Projeto/Ação nº2017/37 – Aquisição de terreno – Cemitério de Amorim – 25 000,00€
- Projeto/Ação nº2014/014 – Rua da Cavaleira – Pavimentação – 21 246,22€

Em termos de execução acumulada ao longo do período do mandato, o plano plurianual de investimento revela um investimento autárquico de 885 243,35€.

Evolução

O quadro abaixo apresenta a evolução da despesa paga, nos últimos dois anos, bem como o peso dos principais agrupamentos da despesa na execução do orçamento da despesa.

	2016		2017		Variação homóloga	
	Execução	Peso	Execução	Peso	Absoluta	%
Despesa corrente	438 293,49	62,85%	478 030,01	53,58%	39 736,52	9,07%
Despesas com pessoal	212 399,76	30,46%	224 591,17	25,17%	12 191,41	5,74%
Bens e serviços	132 950,52	19,06%	160 338,04	17,97%	27 387,52	20,60%
Transferências/subsídios	88 229,54	12,65%	89 496,84	10,03%	1 267,30	1,44%
Outras despesas	4 713,67	0,68%	3 603,96	0,40%	-1 109,71	-23,54%
Despesa de capital	259 081,07	37,15%	414 210,10	46,42%	155 129,03	59,88%
Investimento	259 081,07	37,15%	414 210,10	46,42%	155 129,03	59,88%
Total	697 374,56	100,00%	892 240,11	100,00%	194 865,55	27,94%

Tabela 15 – Comparação homóloga da despesa

Da análise comparativa ao último biénio, verifica-se um aumento global da despesa, em cerca de 195 mil euros, impulsionado por um aumento da despesa de capital em cerca de 155 mil euros e, por um aumento da despesa corrente em, aproximadamente, 40 mil euros.

As **despesas com pessoal** apresentaram, em 2017, uma variação de, aproximadamente, 12,2 mil euros, relativamente ao ano transato, representando um aumento de 5,74%

	Execução		Variação homóloga	
	2016	2017	Absoluta	(%)
Remunerações certas e permanentes	178 710,70	189 194,68	10 483,98	5,87%
Abonos variáveis e eventuais	7 999,16	6 853,68	-1 145,48	-14,32%
Segurança Social	25 689,90	28 542,81	2 852,91	11,11%
Total despesas com o pessoal	212 399,76	224 591,17	12 191,41	5,74%

Tabela 16 – Comparação homóloga das despesas com pessoal

Da análise ao quadro anterior concluímos que a contribuir para o referido aumento está, essencialmente, o reforço do quadro de pessoal, em substituição do recurso a pessoal contratado em regime de tarefa e avença. O impacto não foi muito significativo, uma vez que as despesas com avençados diminuíram, aumentando por sua vez as despesas com pessoal contratado. No entanto, assistiu-se a um aumento dos encargos para a Segurança Social/ADSE/Seguros de acidentes de trabalho das novas admissões.

A variação negativa no subagrupamento dos “Abonos variáveis e eventuais” é motivada pelas baixas médicas apresentadas por alguns funcionários no início do ano.

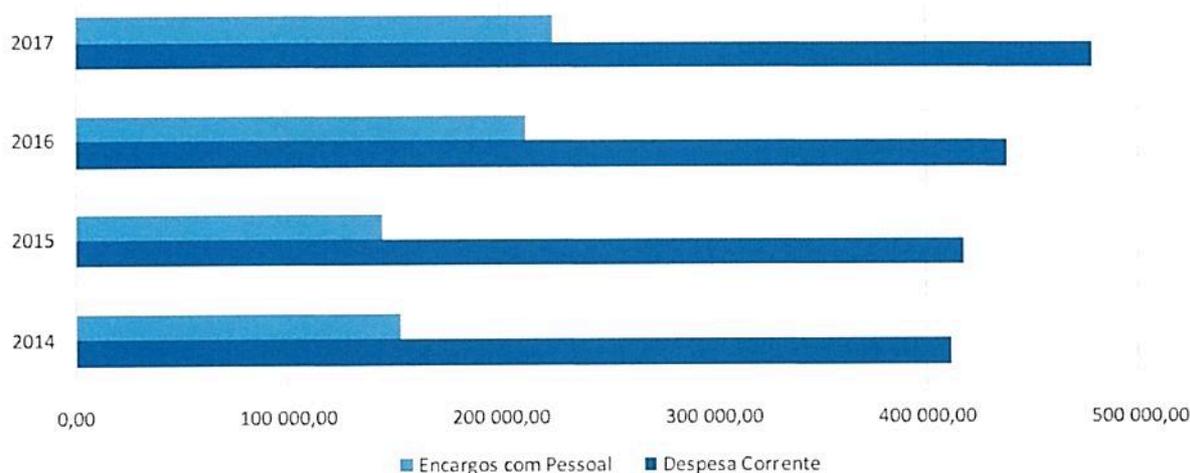


Figura 7 – Evolução das despesas com pessoal

Ao longo dos últimos quatro anos, assistiu-se a um aumento dos encargos com pessoal, que acompanham a evolução da execução da despesa. Conforme nos indica a T.14, a União tem vindo a aumentar o número de pessoal contrato, reforçando assim o quadro do pessoal. Tem mantido a política de assegurar e desenvolver vários acordos e parcerias com as Instituições, nomeadamente o IEF, com vista à integração de pessoas em contexto de trabalho, nas áreas especializadas e ou de carência de mão de obra.

As despesas com aquisição de bens e serviços sofreram um ligeiro aumento face a 2016, traduzido em 20,60%, 27 387,52€, em termos absolutos.

Descrição	2016	2017	Variação	
			Valor	%
Aquisição de bens	39 863,98	34 107,42	-5 756,56	-14,44%
Aquisição de serviços	93 086,54	126 230,62	33 144,08	35,61%
Total	132 950,52	160 338,04	27 387,52	20,60%

Tabela 17 – Comparação homologa das despesas com aquisição de bens e serviços

A contribuir para o aumento está o dispêndio com o procedimento concursal, bem como um aumento significativo com encargos das instalações e conservação de bens.

Descrição	2016	2017	Variação	
			Valor	%
Transferências correntes				
Municípios	4 200,00	4 200,00	0,00	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	15 845,00	33 809,50	17 964,50	113,38%
Fundo de Emergência Social	805,36	952,53	147,17	18,27%
Programas Ocupacionais	67 379,18	50 534,81	-16 844,37	-25,00%
Total	88 229,54	89 496,84	1 267,30	1,44%

Tabela 18 – Comparação homologa das transferências

Em 2017, o capítulo das **transferências correntes** apresenta uma variação positiva, em, aproximadamente, 1,3mil euros, fixando-se em 89 496,84€. O ligeiro aumento, como se pode observar no quadro anterior é resultado de um aumento nos apoios a Instituições sem fins lucrativos, balanceado pela diminuição da despesa com pessoal afeto a Contratos Emprego Inserção.

	2014		2015		2016		2017	
	Execução	Peso	Execução	Peso	Execução	Peso	Execução	Peso
Despesa corrente	411 969,13	72,59%	417 659,56	56,94%	438 293,49	62,85%	478 030,01	53,58%
Despesas com pessoal	153 553,55	27,06%	144 858,49	19,75%	212 399,76	30,46%	224 591,17	25,17%
Bens e serviços	191 583,61	33,76%	197 226,15	26,89%	132 950,52	19,06%	160 338,04	17,97%
Transferências/subsídios	65 324,37	11,51%	73 932,04	10,08%	88 229,54	12,65%	89 496,84	10,03%
Outras despesas	1 507,60	0,27%	1 642,88	0,22%	4 713,67	0,68%	3 603,96	0,40%
Despesa de capital	155 585,58	27,41%	315 819,17	43,06%	259 081,07	37,15%	414 210,10	46,42%
Investimento	155 585,58	27,41%	315 819,17	43,06%	259 081,07	37,15%	414 210,10	46,42%
Total	567 554,71	100,00%	733 478,73	100,00%	697 374,56	100,00%	892 240,11	100,00%

Tabela 19 - Evolução da despesa

A análise à estrutura da despesa, ao longo dos últimos quatro anos, permite aferir que o agrupamento das despesas com pessoal passou a ser o segundo, com maior peso na despesa total, em detrimento do agrupamento da aquisição de bens e serviços que passou a ocupar o terceiro com maior peso na despesa total.

O agrupamento das despesas de capital manteve-se, no período em análise, como o maior em termos de afetação orçamental, com um peso médio de 38,51%.



Ao longo do último quadriênio pudemos verificar que as despesas correntes apresentam uma linha de tendência crescente, com um aumento verificado de 16,04%, cerca de 66 mil euros, em termos absolutos. Em relação às despesas de capital, estas registaram um forte impulso nos anos de 2015 e 2017, anos em que se realizou um maior investimento autárquico.

OPERAÇÕES DE TESOURARIA

O mapa de operações de tesouraria reflete para cada uma das rubricas, as responsabilidades perante terceiros decorrentes da Gerência Anterior, os movimentos ocorridos durante o ano de 2017, bem como as responsabilidades que transitam para o período seguinte.

Rubrica	Designação	Saldo Gerência Anterior	Movimento Anual		Saldo Gerência Seguinte
			Débito	Crédito	
17.01.01.02	IRS Independente	475,00	3 879,08	3 725,84	321,76
17.01.01.03	IRS Dependente	845,00	10 216,00	10 250,00	879,00
17.01.01.04	Sobretaxa extraordinária	19,00	115,00	96,00	0,00
17.01.02.03	Segurança Social	681,32	10 809,17	11 218,71	1 090,86
17.01.03.00	ADSE	0,00	813,40	813,40	0,00
Total		2 020,32	25 832,65	26 103,95	2 291,62

Tabela 20 - Mapa de operações de tesouraria

No ano de 2017 efetuaram-se pagamentos no valor de 25 832,65€, e efetuaram-se retenções no montante de 26 103,95€ resultando para a gerência seguinte um saldo de 2 291,62€, referente aos descontos e retenções efetuados no processamento de vencimentos do mês de dezembro.

CONTA DE GERÊNCIA

	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
Saldo da gerência anterior	41 592,31	2 020,32	43 612,63
Recebimentos	869 092,71	26 103,95	895 196,66
Pagamentos	892 240,11	25 832,65	918 072,76
Saldo para a gerência seguinte	18 444,91	2 291,62	20 736,53

Tabela 21 - Resumo da conta de gerência

Da análise à conta de gerência concluímos que o saldo a transitar para a gerência seguinte é de 20 736,53€, resultante de um saldo de operações orçamentais que ascende a 18 444,91€ e de um saldo de operações de tesouraria, no montante de 2 291,62€.

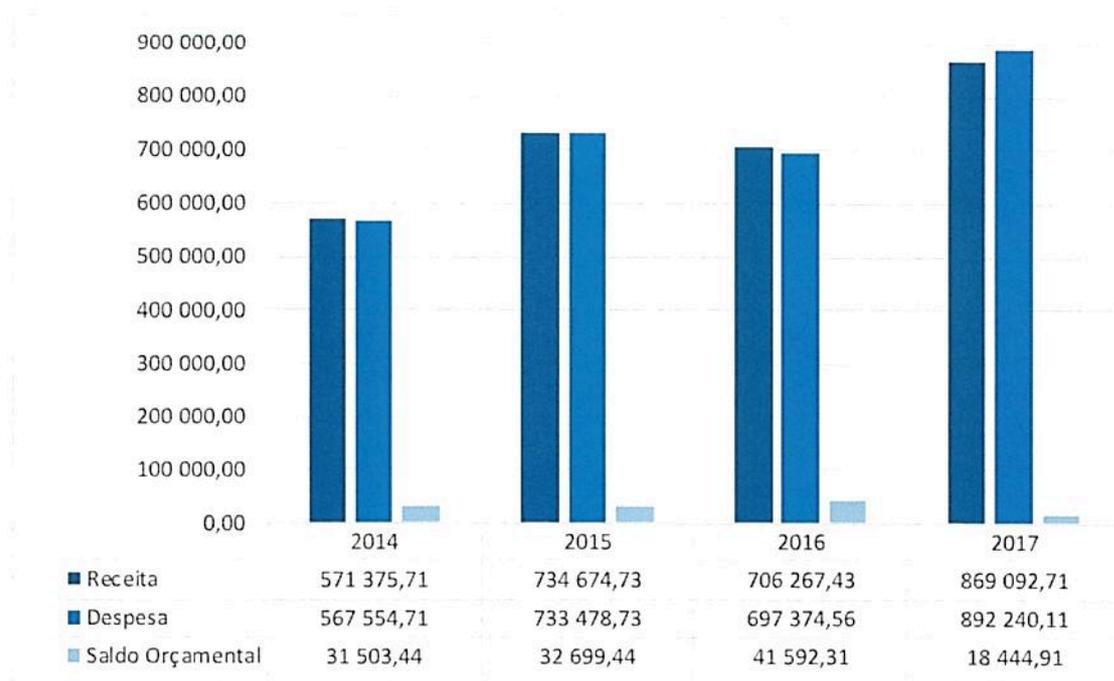


Figura 8 - Evolução global da receita, despesa e saldo de gerência

Da análise à figura podemos observar uma receita com bastante oscilação no quadriénio, apresentando níveis de maior arrecadação nos anos de 2015 e 2017. Calculando o crescimento médio anual da receita, concluímos que esta cresceu a um ritmo de 16%/ano.

A despesa apresenta uma linha evolutiva idêntica à da receita, registando o seu pico em 2017, ano em que contrariou o seu comportamento superavitário.

Nos primeiros três anos assistiu-se ao apuramento de resultados positivos que permitiram a formação de saldo, invertendo-se este ciclo positivo no último ano, em que houve necessidade de recorrer ao saldo da gerência anterior.



PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os documentos de Prestação de Contas são apresentados em obediência à Resolução nº4/2001 – 2ªSecção – Tribunal de Contas, com as necessárias adaptações introduzidas pela Resolução nº3/2018 de 9 de fevereiro de 2018 – Prestação de contas relativas ao ano de 2017 e gerências partidas de 2018, no DR 2.ª série, n.º 29, de 9 de fevereiro de 2018.

ANEXO I – Resumo execução (7.2 - POCAL)

ANEXO II – Controlo orçamental da despesa (7.3.1 - POCAL)

ANEXO III – Controlo orçamental da receita (7.3.2 - POCAL)

ANEXO IV – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (7.4 - POCAL)

ANEXO V – Fluxos de caixa e contas de ordem (7.5 - POCAL)

ANEXO VI – Operações de tesouraria (7.6 - POCAL)

ANEXO VII – Caracterização da entidade (8.1 - POCAL)

ANEXO VIII – Modificações do orçamento – receita (8.3.1.1 - POCAL)

ANEXO IX – Modificações do orçamento – despesa (8.3.1.2 - POCAL)

ANEXO X – Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos (8.3.2 - POCAL)

ANEXO XI – Transferências correntes – despesa (8.3.4.1 – POCAL)

ANEXO XII – Transferências correntes – receita (8.3.4.4 – POCAL)

ANEXO XIII – Transferências capital – receita (8.3.4.5 – POCAL)

ANEXO XIV – Empréstimos (8.3.6.1 - POCAL)

ANEXO XV – Outras dívidas a terceiros (8.3.6.2 - POCAL)

ANEXO XVI – Resumo diário de tesouraria (12.2.9 - POCAL)

ANEXO XVII – Síntese das reconciliações bancárias (7.2 - POCAL)

ANEXO XVIII - Declaração de responsabilidade (Resolução n.º 1/2018 - TC)

ANEXO XIX - Compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro (Art.º 15.º, Lei nº 8/2012 – LCPA)

ANEXO XX - Pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro (Art.º 15.º, Lei nº 8/2012 – LCPA)

ANEXO XXI - Recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro (Art.º 15.º, Lei nº 8/2012 – LCPA)

